



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO
DA JUSTIÇA

Intervenção da Secretária de Estado da Justiça

Na apresentação do Plano Justiça mais Próxima 2020/2023

Lisboa, 2 de março de 2020

Senhor Primeiro-Ministro

Senhora Presidente do Supremo Tribunal Administrativo

Senhor Secretário-Geral Adjunto da OCDE

Senhora Ministra de Estado e da Presidência

Senhora Ministra da Justiça

Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública

Senhora Procuradora-Geral da República

Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Senhora Secretária de Estado da Inovação e da Modernização Administrativa

Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Desenvolvimento Regional

Senhores Presidentes dos Tribunais da Relação (Coimbra e Évora)

Senhores Bastonários das Ordens Profissionais - dos Advogados, dos Notários e dos Solicitadores e Agentes de Execução

Digníssimos Magistrados

Senhores Dirigentes dos Organismos Públicos e dos Organismos Privados aqui presentes

Digníssimos Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Há precisamente quatro anos, no início da anterior legislatura, assumimos o compromisso de transformar a justiça, colocando-a cada vez mais ao serviço dos cidadãos e das empresas e de forma mais próxima.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO
DA JUSTIÇA

Ambicionámos cumprir uma agenda de modernização, que não partiu do zero – é importante sublinhar – mas que teve um objetivo ambicioso de desenvolver um conjunto de iniciativas alargado, e numa dinâmica com pouco paralelo no passado.

A partir deste desafio, importava pensar numa metodologia de aproximação diferente, que permitisse produzir resultados mais rapidamente, que instigasse a provocar e a sair da zona de conforto, capaz de provocar e de motivar mas também ensinar a fazer diferente. “E se?”

Afinal, sem mudar a cultura ficamos pelas ideias e pela ambição.

Tinha, pois de ser uma abordagem nova. E porquê?

Porque a necessidade de mudança obriga a uma velocidade diferente daquela em que as nossas organizações têm os seus processos fundados.

Porque o cidadão exige, e com todo o direito, um novo serviço, mais próximo, mais claro, mais transparente e mais humano. Sim, também aqui a tecnologia pode contribuir para isso.

E porque os serviços necessitam de mais eficiência, não só para reduzir custos, mas para simplificar e melhorar também o próprio trabalho dos funcionários, alocando-os para tarefas que realmente acrescentam valor e lhes dão mais satisfação.



Mas como colocar em movimento uma estrutura, a todos os níveis, pesada? Onde encontrar financiamento à altura das necessidades? Que métricas usar para, a todo o tempo, medir impacto?

Seguindo a máxima, “para problemas complexos, respostas simples”, partiu-se da complexidade e multiplicidade de áreas e temas a endereçar para uma abordagem que fosse, ao mesmo tempo, abrangente e meticulosa, holística e realista.

Foi nestes pilares que assentou o desenvolvimento do vasto conjunto de medidas que integraram o primeiro Plano Justiça + Próxima, com impactos muito positivos na vida dos cidadãos e das empresas e na organização e quotidiano dos tribunais e dos demais serviços de justiça.

Lançámos um plano dinâmico começou em 120 medidas, se alargou para 150 e que no final do ano passado registava 197 medidas. Concluímos, com sucesso 122, dessas iniciativas.

Para além do impacto nos cidadãos e na dinâmica económica, as medidas adotadas representaram igualmente uma poupança muito significativa em termos de recursos.

Se olharmos, por exemplo, para a medida Tribunal+, implementada inicialmente em “piloto” no tribunal de Sintra, e posteriormente alargada a um total de 252 tribunais, a poupança alcançada com a nova organização administrativa e com os novos procedimentos de atendimento dos cidadãos cifrou-se em cerca de 9,7 milhões de euros, o que, no plano nacional, representará uma poupança estimada de 35 milhões de euros.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO
DA JUSTIÇA

Foi para analisar este trabalho empreendido, mas também para aconselhar e melhorar, que convidámos uma organização de prestígio e independência, como a OCDE a acompanhar o processo de transformação através do Plano Justiça + Próxima, que tem destacado o nosso trabalho de modernização como um exemplo internacional. Para conhecer melhor as conclusões retiradas deste processo de avaliação contamos hoje com o honra de receber o Secretário Geral Adjunto desta organização, Jeffrey Schlagenhauf, que daqui a pouco subirá a este palco.

É com particular satisfação que acompanhamos este interesse da OCDE, mas igualmente de uma lista extensa de países que nos têm vindo visitar e conhecer melhor a nossa experiência. Da Holanda à Roménia ou até de outras geografias, como caso da Tunísia que esteve no ano passado em Portugal e que a partir do nosso plano e experiência, vai agora lançar um plano de modernização inspirado no português, com mais de 100 medidas de modernização.

São exemplos destes que contribuem para estarmos certos de que este caminho deve prosseguir.

Minhas senhoras e meus senhores,

Decorridos quatro anos de implementação do primeiro Plano Justiça + Próxima, o caminho iniciado leva Portugal na direção de um espaço de justiça efetiva e em tempo útil para todos, com menos barreiras, mais eficiente, mais humano e mais disponível para a inovação, colocando as pessoas no centro de todo o processo.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO
DA JUSTIÇA

O novo Plano Justiça + Próxima 20|23 parte, pois, da matriz de sucesso do plano anterior, assente nos pilares da eficiência, da humanização, da inovação e da proximidade, e na garantia de permanente de monitorização e acompanhamento da execução das 140 medidas agora incluídas.

O foco nas necessidades do “Cidadão”, a metodologia de experimentação, a assunção do “digital by default” e a prática de solicitar ao Cidadão apenas o que é essencial - “only once” - a interoperabilidade com outros setores e o reaproveitamento de soluções, são alguns dos princípios que já existiam, mas agora ainda mais reforçados.

As diferenças resultam da herança acumulada, da importância de cimentar a cultura de mudança em curso e da ambição entusiástica que esta fomentou.

Veremos daqui a pouco alguns exemplos das novas medidas que seguem estes princípios, num plano todo ele disponível e com indicadores atualizados em tempo real e de forma transparente em justicamaisproxima.justica.gov.pt.

Certamente que estas medidas permitem compreender o muito que está ainda por fazer na modernização de processos e tarefas, na redução de exigências excessivas sobre as pessoas e as empresas, na atualização e qualificação do modo como a justiça se relaciona com os seus destinatários. Para isso, contamos, como temos sempre contado, com a colaboração e a dedicação de todos: cidadãos e empresas, profissionais da justiça, serviços e entidades do sistema de justiça.



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO
DA JUSTIÇA

A inovação e a tecnologia apenas fazem sentido para as pessoas e com as pessoas. Esta mensagem, só aparentemente simples e óbvia, nunca deixou de nos guiar nos últimos quatro anos. Creio que será também uma boa mensagem para os quatro anos que se seguem.

Muito obrigada.